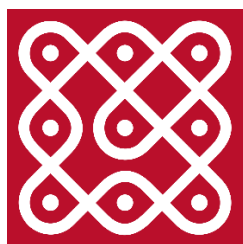


Intimidade e Emoções num Centro de Acolhimento de Refugiados em Portugal

Marta Lemos
(CRIA - ISCTE)



CRIA

WORKING PAPER 20

Intimidade e Emoções num Centro de Acolhimento de Refugiados em Portugal¹

Marta Lemos (CRIA-ISCTE)

mcbpl@iscte-iul.pt

¹ Este texto é baseado na comunicação oral com o título “O espaço digital como meio de produção da intimidade em refugiados inseridos no Programa de Recolocação da Comissão Europeia” apresentada no VII Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia em Lisboa, 4-7 de Junho de 2019.

Resumo: Os universos partilhados pelos refugiados levam à criação de práticas e estratégias que visam o sucesso do seu trajeto de fuga e consequente sobrevivência. À luz de Papadopoulos & Tsianos (2013) estas práticas quotidianas as quais designam por “mobile commons” podem criar economias informais, partilha de informações cruciais durante a viagem, estruturas de conectividade, acesso a entidades que promovem os seus direitos e a uma política do cuidar do outro. Através destes que são recriados e reconfigurados de forma que estas pessoas idealizem a sua mobilidade. Perante esta mobilidade reinventada, considero que, e em contexto de centro de acolhimento de refugiados, o espaço digital mediado pelo smartphone é reconfigurado não só no sentido de se enquadrarem nas “mobile commons” que Papadopoulos & Tsianos (2013) referem, como também no sentido de colmatarem e expressarem necessidades afetivo-emocionais e identitárias dos refugiados. Este revela-se palco de transgressão do poder simbólico, passível de criar espaços privados e seguros onde existe partilha da intimidade, das emoções e questões pessoais e identitárias são expressas livres de grandes riscos levando a uma atenuação do sentimento de solidão num ambiente hostil. Desta forma, compreendo a maneira como os refugiados exprimem as suas diferentes emoções como uma linguagem por si criada que permite a análise dos sentidos e estratégias que imprimem às suas vidas em mobilidade.

Palavras-chave: Intimidade; Emoções; Identidade pessoal; Refugiados; Digital.

Key Words: Intimacy; Emotions; Personal identity; Refugees; Digital.

As mais recentes situações de emergência humanitária à escala mundial, causadas por conflitos bélicos, políticos e até pelas alterações climáticas, aliadas a uma maior capacidade da mobilidade humana, levaram a que milhares de pessoas procurassem um lugar seguro e próspero na Europa. De forma a dar resposta a este repentino aumento do fluxo migratório, multiplicaram-se centros de asilo e de acolhimento de refugiados um pouco por todo o mundo providenciando um abrigo temporário aos mesmos. Estes centros caracterizam-se por albergar indivíduos que se encontram requerentes do pedido de proteção internacional ou então já com o mesmo aceite e antes da transição para uma habitação. São espaços impessoais, hostis, com segurança privada, desprovidos de humanidade e de paredes despidas de vida ou cor. Longos corredores de quartos alinhados uns ao lado dos outros alojam famílias numerosas ou então vários desconhecidos em apenas 9 m². Um chuveiro e uma retrete podem ser partilhados por mais de vinte pessoas, e um fogão e uma pia por mais de trinta. Mulheres, homens, adultos, crianças, idosos, dos mais variados contextos globais e religiões partilham alas de edifícios de vários pisos, outrora hospícios ou hospitais militares, e esperam. Esperam por uma resolução legal ou até logística que lhes permita transitar, ou não, para a fase seguinte da sua integração no país. Vidas em suspenso povoam estes centros e esse peso é sentido logo nos jardins e acessos aos mesmos, com vultos que entram e saem dispersos no tempo.

Este texto, para lá de ser a consolidação de uma comunicação oral apresentada por mim em 2019 e de mote para uma análise sobre emoções e intimidade que me encontro a desenvolver para a tese de doutoramento, reflete um amadurecimento reflexivo e teórico de alguma da etnografia recolhida para a minha tese de mestrado. Dois anos volvidos da minha submissão ao painel 35 do VII Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, volto a pegar nesse material já transformado, mais os seus dados em bruto, servindo-me deles como base para os temas que aqui tratarei. O distanciamento temporal permitiu-me visitar notas passadas e também a minha tese de mestrado³ de forma a

² Verso constituente da letra da canção da artista britânica de ascendência Sri Lanka, M. I. A., “Freedun”.

³ “«Slaves of Europe» - The relevance of smartphone apps in the daily lives of a group of asylum seekers in Lisbon”. Tese submetida à Universidade de Copenhaga como requisito para a aprovação no Master of Arts (M.A.) in Applied Cultural Analysis aprovado a 26 de março de 2018.

construir um argumento mais sólido do que aquele apresentado no congresso. O resultado é um novo olhar e reflexão à etnografia, conjugando com o conhecimento de hoje e que continua em construção, agora, na tese de doutoramento. Neste projeto farei uma análise mais ampla e profunda sobre as experiências afetivo-emocionais, identitárias e de pertença, aliadas ao conceito de *bem-estar* físico e psicológico, dos refugiados integrados no sistema português de acolhimento e integração de refugiados. Alguns dos interlocutores aqui mencionados continuam presentes na minha etnografia possibilitando-me um olhar a médio prazo nas suas vidas. Ao nível espacial, dado que nenhum dos mesmos já habita no centro de acolhimento, este deixou de ser um local de interesse para a minha pesquisa atual. No entanto, outrora foi crucial para o início do meu percurso na investigação do sistema português de asilo.

Decorria o último trimestre de 2016 quando tive a oportunidade de fazer o estágio curricular, requerido no mestrado em que me encontrava, num centro de acolhimento de refugiados em Portugal. Encontrava-me a frequentar o mestrado em Applied Cultural Analysis na Universidade de Copenhaga onde já tinha desenvolvido projetos com refugiados e, como tal, já com conhecimento das realidades vividas pelos refugiados na Dinamarca. Vinda do contexto dinamarquês de acolhimento e integração de refugiados, o contexto português, para além de me ser mais próximo, parecia aliciante dada a diferença considerável de pedidos de asilo entre os dois países⁴ e as características sociais e económicas de cada um. A Dinamarca é um país nórdico, com um estado social forte, onde o salário médio de um trabalhador permite a autonomia financeira do mesmo. É igualmente um país com grandes comunidades transnacionais, fruto de vagas de imigração anteriores, o que atrai e facilita a integração dos migrantes mais recentes no país. Portugal possui características socioeconómicas bem diferentes das da Dinamarca. Portugal é um país europeu periférico, o que dificulta a chegada ao país. É também visto como um país pobre onde o salário médio não necessariamente permite a autonomia financeira do trabalhador. Estas condicionantes levam a que comunidades não falantes da língua portuguesa não se queiram estabelecer por cá apostando noutros países europeus mais prósperos. Todas estas questões são refletidas na disparidade dos números de pedidos de asilo acima mencionados. Este facto atraiu-me bastante pois significava que iria ter acesso a uma realidade nova no acolhimento e integração de refugiados na Europa.

⁴ Segundo o Eurostat, em 2016, o número de novos pedidos de asilo na Dinamarca foi de 6055 e em Portugal de 710.

A minha condição de estagiária de uma das entidades que geria o centro, com a tarefa inicial de facilitar a comunicação entre parceiros do programa de acolhimento, permitiu que passasse bastante tempo com os requerentes de asilo e refugiados que lá viviam. Inicialmente acompanhei de perto oito refugiados, dos 19-45 anos, que já se encontravam no programa de acolhimento. Mais tarde tive a sorte de poder acompanhar desde o primeiro dia um grupo de seis jovens, na altura entre os 20 e os 27 anos. Destes catorze refugiados, estabeleci uma relação mais próxima com seis deles, dois do grupo antigo e quatro do (na época) recém-chegado, por motivos relacionados com a língua de mediação e/ou situação pessoal. Durante cerca de nove meses, acompanhei de perto as suas vidas e vivências. Ainda hoje sigo os seus avanços e recuos, alguns mais de perto do que outros, neste seu longo e desafiante processo de integração num novo país.

Este grupo enquadrava-se no programa de mobilidade de refugiados da Comissão Europeia de recolocação, na altura o mais comum em Portugal⁵. O programa de recolocação da Comissão Europeia visava a transferência de indivíduos à procura de proteção internacional de um Estado membro para outro⁶, aliviando assim a pressão sentida nos campos de refugiados lotados da Grécia e da Itália. Aquando no campo, os refugiados solicitavam ao ACNUR⁷ a inclusão neste programa de mobilidade fornecendo algumas das suas informações pessoais e referiam seis países onde queriam ser acolhidos, sendo a primeira opção a preferencial e assim sucessivamente. Na prática o que acontecia, na maior parte das vezes e após meses e meses de espera em campos sem o mínimo das condições sanitárias e de habitabilidade, os refugiados eram “aceites” no único país das opções que se demonstrou disponível para os acolher. Para muitos foi Portugal, esse país desconhecido, berço de Cristiano Ronaldo, a única informação que tinham. Foi esse o caso do grupo de refugiados com quem iniciei o meu trabalho de investigação. Portugal não era uma “verdadeira” opção para estas pessoas que procuravam ser acolhidas em países europeus onde já possuíam redes familiares e/ou de amizade. Desta forma, o início do acolhimento foi conturbado pois se encontravam contrariados e relutantes à ideia de ficar em Portugal. No entanto, e dadas as características muito particulares deste grupo, a maioria tinha frequentado o ensino superior e possuía bons conhecimentos de inglês (à

⁵ Segundo o Relatório Estatístico de Asilo 2020 do Observatório das Migrações, este programa esteve ativo em Portugal entre setembro de 2015 e Abril de 2018 e recolocou 1550 refugiados em 97 municípios.

⁶ DECISÃO (UE) 2015/1523 DO CONSELHO.

⁷ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

exceção de um cuja comunicação era feita em português), o que permitiu que sonhassem com a possibilidade de uma integração mais rápida no país. Este facto facilitou o meu trabalho de proximidade dando-me oportunidade de os acompanhar ao longo dos meses. Consequentemente, esta inteligibilidade construída ao longo do tempo fez com que se sentissem confortáveis em partilhar comigo momentos passados e presentes da sua vida.

As condições impostas pelo programa de integração em que estas pessoas se encontravam, assentava num período de dezoito meses, entre fase de receção e acolhimento e posterior fase de integração. A primeira no centro de acolhimento e a segunda já em habitação partilhada. Era concedido um *pocket money* mensal no valor de 150€ que seria teoricamente para o refugiado usar nos seus extras⁸. Todas as divisões do centro eram partilhadas, nomeadamente quartos, casas de banho e a cozinha, que à época ainda não tinha disponível um fogão para que as pessoas pudessem cozinhar sujeitando-os assim à dependência da comida fornecida pelas sobras de um serviço *take-away*. Muitas vezes este serviço era desadequado. Ora contia carne ou derivados de porco⁹, ora pratos de bacalhau ou então, por vezes, a quantidade de comida era insuficiente para a população do centro de acolhimento.

Perante estas condições havia ainda a questão legal da atribuição da Autorização de Residência Provisória (ARP) por parte do SEF. A ARP redefine o enquadramento legal dos refugiados, permitindo-lhes a possibilidade de, não só, mas também, poderem trabalhar legalmente no país. Em teoria o prazo de atribuição destes títulos seria de até 60 dias desde o pedido de asilo efetuado¹⁰. Na prática e na altura em que estava a fazer o meu estágio, em média, demorava mais do dobro do prazo legal e cheguei a conhecer um caso que esperou cerca de dez meses para receber a sua ARP.

Este título de residência é atribuído a todas as situações em que existe um pedido de proteção internacional até obterem a decisão final. Esta pode resultar em três cenários:

⁸ Valor este que durante a permanência no centro de acolhimento não era grande motivo de contestação, mas que aquando da passagem para a habitação partilhada e com as despesas da alimentação já a seu cargo tal mudava. O *pocket money* revelava-se claramente insuficiente para suprir as necessidades básicas alimentares dado que a maior parte dos refugiados quando se mudava para as casas, encontrava-se sem trabalho e assim podiam ficar vários meses ou mesmo até ao fim do programa de integração.

⁹ Considerado “haram” (proibido, impuro) pelo Islão e que muitos dos seus crentes seguem este pressuposto à risca bastando que a carne ou derivado de porco toque na comida para que estes não a comam.

¹⁰ Lei n.º 26/2014.

concessão do estatuto de refugiado, baseado nos critérios assentes pela Convenção de Genebra de 1951¹¹, renovável por períodos de cinco anos; concessão do estatuto de Proteção Subsidiária, conferido a todas as pessoas que não estejam numa situação contemplada dos critérios de concessão do estatuto de refugiado mas que seja igualmente necessária a intervenção e proteção ao nível estatal até que a situação esteja resolvida e pacificada no país de origem do indivíduo¹², renovável por períodos de três anos; ou então o seu pedido é negado e resulta numa medida de afastamento do país.

A circunstância incerta e temporária criada pela ARP cria diferentes desconfortos e impossibilidades na planificação de vida e esperanças para o futuro. Esta condição de vida particular e em suspenso, exacerbadas por um espaço impessoal e hostil como um centro de acolhimento, cria a noção no indivíduo de total descontrolo da própria vida. Todos os elementos que giram à volta de um refugiado nesta fase estão dependentes de outros, vendo-se privados de tantas necessidades até das que os torna humanos. Perante este quadro de condicionantes, a instabilidade emocional destas pessoas agrava-se levando-os a questionarem a sua fuga na busca de uma vida outrora independente. Mas foi a partir da procura por algum controlo e conforto neste ambiente que me apercebi que o smartphone aparecia como elemento essencial dos refugiados para ultrapassar as adversidades sentidas.

Numa tarde outonal passada no centro, como em muitas outras, o ambiente era calmo. Uns dormem no quarto. Outros jogam jogos online na sala. Ou então fazem *scroll* nas redes sociais ou ouvem música enquanto fumam um cigarro à varanda. A televisão, por vezes ligada quando alguém tentava entender o que era dito enquanto fazia zapping, preenchia de sons divisões apagadas de vida. Nesta envolvência que constrange os corpos, uma senhora iraquiana próxima de chegar à casa dos 70 anos, de baixa estatura e sempre com um ar terno por trás de rugas que escondiam o terror vivido que motivou a sua fuga, decide abordar-me fazendo-se acompanhar de um tablet e de um conterrâneo. Este revelou-me a vontade da senhora em me mostrar umas “coisas”. Falou-me, através da tradução do jovem iraquiano, de como aquele tablet, que manuseava com uma destreza que comum e erradamente atribuímos apenas a pessoas mais novas já familiarizadas com as mais recentes tecnologias, tinha sido um presente oferecido pelos filhos quando estes

¹¹ Ponto 2 do Art. 1º - Definição do termo "refugiado" na Convenção Relativa Ao Estatuto Dos Refugiados (1951).

¹² DIRECTIVA 2011/95/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO.

tiveram de fugir das suas casas. Este tablet permitir-lhe-ia que estivesse sempre em contacto com eles independentemente de onde todos se encontrassem.

A sua família era extensa e espalhada por todo o mundo, referia enquanto abria pastas de fotografias preenchidas de netos, irmãs, cunhados e noras. Eu observava o seu ar meigo ao falar de como os filhos lhe ensinaram a usar o Facebook, fazer chamadas pelo Viber ou mandar mensagens pelo WhatsApp. Por fim referiu que sabia tirar fotos e pediu ao jovem iraquiano que tirasse uma fotografia comigo. Naquele momento também eu passei a fazer parte do seu conjunto de pastas digitais recheadas de memórias. Eu passei a fazer parte do seu trajeto de vida, e de fuga, que fica impresso na sua identidade pessoal e registado no seu tablet. Ali, protegido por uma *password* e resguardado de olhares alheios, está pronto a ser usado quando quiser e também a imprimir um sorriso na cara e na alma enquanto exprime os seus afetos e aponta para uma cara numa fotografia. Durante aqueles dez minutos abriu-se um rasgo de luz num ambiente tão cinzento que me fez refletir sobre o poder daquele aparato tecnológico num local em défice dos sentimentos ali expostos. Poucos dias depois percebi que o seu trajeto de fuga continuou rumo à família espalhada um pouco por todo o mundo dando a entender a todos que o iria fazer. Agradeceu a alguns elementos da equipa que trabalhava no centro de acolhimento tudo aquilo que tinham feito por ela. No dia seguinte, já lá não se encontrava. Até hoje espero que o seu trajeto esteja finalizado e cumprido o seu objetivo apesar de todas as adversidades que certamente encontrou.

Este episódio fez-me reformular a maneira como encarava a relação do ser humano com a tecnologia, nomeadamente em contexto de refúgio. Na situação acima referida era um tablet, certamente mais adequado para colmatar as necessidades específicas daquela senhora dado o seu perfil. No caso dos refugiados mais novos era o smartphone. A partir daquele momento fiquei mais sensibilizada e alerta para a forma como os refugiados utilizavam o smartphone e conseqüentemente o espaço digital. Comecei por dar importância ao facto de que das primeiras perguntas que me faziam quando conhecia algum refugiado era se tinha Facebook ou WhatsApp. O questionamento deste aparente simples ato permitiu-me olhar e interrogar muitos outros comportamentos que os refugiados tinham e que se relacionavam com o smartphone.

Quando a sala do centro de acolhimento era lugar de conversas cruzadas, muitas vezes recebia mensagens de refugiados, via Facebook Messenger ou WhatsApp, que se encontravam à minha frente também a participar nas mesmas conversas. Questionavam-

me se à noite podiam falar comigo através daquela plataforma de comunicação instantânea. Ora se encontravam tristes e com saudades da vida que deixaram para trás, ora ansiosos por não conseguirem comunicar com a família naquele dia. O medo constante de algo perigoso poder acontecer àqueles que não saíram do país era um sentimento latente que os perturbava recorrentemente.

Sem que os outros refugiados entendessem, percebi que esta era a forma de se mostrarem vulneráveis. Forma esta que simplificava a sua comunicação dado que automaticamente recorriam a tradutores *online* caso não se sentissem à vontade em se expressar numa outra língua que não a sua. Desta forma havia pouco espaço para dúvidas na eficácia da compreensão da sua mensagem.

À noite, a conversa fazia-se através de mensagens escritas dado o conteúdo íntimo e pessoal, impossível de ser comunicado de forma oral correndo o risco de outros ouvirem o teor da conversa. Numa dessas noites, A. partilhou comigo a necessidade que sentia em desabafar:

“but seriously I am lucky to know you
Because I can take off many things from my mind
And talk to you”.

Excerto de uma conversa por WhatsApp com A. – Dezembro 2016

Num ambiente hostil de um centro de acolhimento, onde a constante performatividade de género (Butler 1988) e daquilo pelo qual entendiam ser elementos relativos à masculinidade nos seus contextos de proveniência, causava um desgaste emocional demasiado pesado para conseguir aguentar a erosão originada pela vida em suspenso.

No exemplo acima referido, a comunicação não só permite a exteriorização de sentimentos reprimidos como também preenche necessidades emocionais aproximando os indivíduos. A comunicação é mobilidade (Fortunati & Taipale 2017:564) e em pessoas cujo enquadramento legal lhes nega essa possibilidade¹³, o espaço digital surge como meio promotor da mobilidade virtual (ibid.). Este também possibilita a criação de locais privados e seguros num espaço propositadamente desenhado e organizado para controlar o indivíduo anulando a sua privacidade e individualidade, como os centros de

¹³ A Convenção de Dublin estabelece que aquando do registo das impressões digitais de um refugiado num país, esta é encarada como um pedido de asilo no mesmo. Este facto impede a sua circulação para outros países.

acolhimento. O recurso ao meio digital permitia-lhes expressar sentimentos que de outra forma não conseguiam sem comprometer o seu papel social, concedendo igualmente uma sensação de controlo ao nível físico, emocional e identitário. Podemos e devemos interrogar a questão da privacidade no espaço digital até porque estamos a falar de indivíduos fugidos de uma guerra, muitos deles fugidos por motivos políticos. No entanto, os refugiados tinham muito cuidado com as informações que revelam, quer na plataforma digital que usavam, quer à pessoa com quem estariam a falar. No caso das plataformas de comunicação instantâneas, como o Facebook Messenger ou o WhatsApp, estando num chat privado entre refugiado e outra pessoa, a confiança para partilhar determinadas informações era maior do que em locais virtuais públicos, como o perfil ou grupos abertos do Facebook. Nestes últimos, muitas informações eram distorcidas ou omitidas consoante aquilo que pretendiam expor nas suas redes sociais.

Um dos meus interlocutores pertencia a um grupo étnico que por questões políticas, geográficas e económicas, é perseguido por diferentes estados. No seu perfil digital numa rede social, não existia nenhuma referência ao seu grupo étnico e até tinha o seu nome no seu correspondente na língua árabe. No entanto, no resguardo do smartphone e do chat privado do WhatsApp, enviava-me vídeos de música na sua língua materna, referindo que as estava a ouvir (através dos auriculares) e chamando-me a atenção para determinados detalhes do *videoclip*. Enviava também imagens das roupas “tradicionalistas” que eram utilizadas em situações de festa ou de casamentos. Verifiquei mais tarde que este conteúdo era circulado na sua rede familiar e de amigos através de grupos no WhatsApp ou Facebook Messenger. Aquando da elaboração de uma receita culinária, ele abriu o WhatsApp e dirigindo-se ao *chat* de grupo da família espalhada por toda a Europa, perguntou como se fazia e obteve resposta. Tal como Challinor (2012) se deparou durante a sua pesquisa com imigrantes Cabo-Verdianos em Portugal, a partilha deste material promove pertenças políticas (2012:316) para além de identitárias, num ambiente potencialmente predatório.

A comunicação digital permitia expressarem-se recorrendo a fotografias guardadas, precisando momentos, pessoas, locais, e assim reafirmando a sua identidade. Possibilitava igualmente externalizar emoções através do recurso a emojis, GIF's e autocolantes. Esta conjugação de formas de comunicação visuais, simbólicas e escritas fazia com que aquilo que queriam transmitir fosse compreendido na sua totalidade, apesar das limitações que

os meios tecnológicos e digitais têm. O seguinte exemplo etnográfico retirado de uma conversa pelo WhatsApp demonstra exatamente esta forma de comunicação.



Tendas no Campo de Refugiados de Cherso, Região de Kilkis, Grécia - Primavera de 2016. Foto tirada por O.

“This picture in Greece when we was in tents 🥲🥲”

Excerto de uma conversa por WhatsApp com O. – Novembro 2016

Neste dia, O. estava a falar do tempo que passou no campo de refugiados e utilizou a fotografia acima apresentada para contextualizar as dificuldades que passou. A imagem demonstra as condições desumanas em que estas pessoas viviam durante meses à espera de uma resposta do ACNUR. Dado que não partilhávamos o mesmo espaço, O. recorreu aos emojis para que imprimissem a emoção associada àquilo que me queria comunicar, ainda que inconscientemente. Muita da nossa linguagem sobre emoções está incorporada em nós e a escrita é um processo que retira o corpo humano da linguagem (McCulloch 2019). Se O. não recorresse aos emojis, a sua frase poderia induzir o leitor a um outro sentimento que não o que pretendia veicular. Gawne e McCulloch (2019) referem como os emojis são “gestos digitais” com diferentes simbolismos e que devem ser entendidos à luz do texto escrito que acompanham (2019:14). Neste caso, e dada a repetição do emoji, O. pretende enfatizar (McCulloch & Gawne 2018:3) o sentimento de tristeza que tem ao relembrar aqueles tempos. Tal como noutra situação em que O. sentia-se amado e o emprego dos emojis utilizados serviu para afirmar perentoriamente tal sentimento e o seu entusiasmo:

“I was talking with my mother
and two aunts
it was very difficult conversation
and they almost eat me
kisses 🍷 🍷 🍷
to me”.

Excerto de uma conversa por WhatsApp com O. – Dezembro 2016

O espaço digital permitia aos refugiados reclamar um pouco da humanidade que lhes havia sido roubada a partir do momento que o seu trajeto de fuga se iniciou e o estigma do termo “refugiado” lhes foi impresso. Neste sentido, a imagem do refugiado transmitida pelos média é comumente associada a uma massa humana, ora em movimento, ora amontoadada em campos de refugiados. O refugiado perde o seu nome para um número, um processo, uma parte constitutiva de um aglomerado. No espaço digital podiam ser quem eles eram ou até inventarem personas que adaptavam à situação que pretendiam. Tal como no caso dos diversos perfis criados no Facebook que Costa (2016) observou nos turcos e curdos do sul da Turquia. À medida que estes se movimentavam no país por questões de trabalho, criavam perfis de forma a selecionarem a rede de amigos desejada (Costa 2016) e assim distinguem públicas das informações que colocavam no perfil.

No centro de acolhimento compreendi esta liberdade identitária através do uso que faziam de uma aplicação chamada Azzar. Esta aplicação baseia-se no pressuposto de comunicar com desconhecidos que são aleatoriamente escolhidos por um algoritmo. Nele encontram-se registadas informações “pessoais” do utilizador, tais como país de residência, sexo, nome, fotografia e preferência de sexo com quem conversar. Após a seleção aleatória, existem cinco segundos em que o utilizador visualiza o perfil da pessoa com quem vai falar e escolhe se aceita, ou não, através de um *swipe left*. Caso aceite, a conversa é iniciada. Caso não aceite, o algoritmo passa automaticamente para outro perfil e assim sucessivamente.

Numa situação em que alguns dos meus interlocutores estavam a usar esta aplicação, em conjunto num canto da sala afastado da porta e ligeiramente escondido por parte de quem por lá passava, convidaram-me a ver o que estavam a fazer. Vários perfis exibiam países de residência como Alemanha, Holanda, Bélgica, Dinamarca, França ou Suécia. Entre homens que indicavam no perfil serem mulheres ou então residência na Holanda, mas que na realidade era nas Filipinas, R. durante os cinco segundos de aceitação pergunta-

me “Look, Marta, this is going to be a refugee, wanna bet?” apontando para o perfil de um elemento do sexo feminino. Nele havia apenas uma bandeira alemã que aludia à residência e um nome em inglês composto por um adjetivo e uma letra maiúscula. Assim que a janela da conversa abriu, percebia-se que a câmara apontava para uma parede. R. falou em árabe e automaticamente obteve uma resposta na mesma língua. R. olhou para mim a rir ao mesmo tempo que falava com a pessoa que estava do outro lado. N. e O. riam-se tapando a boca de forma que o riso não fosse estridente o suficiente para destabilizar a conversa e romper com o ambiente opressivo do centro de acolhimento. Após brincadeiras iniciais sobre o facto de ambos os perfis terem alguns dados que não correspondiam à verdade¹⁴, ou então sobre o uso de acessórios como óculos escuros e filtros da própria aplicação que permitiam distorcer a imagem salvaguardando a cara, a conversa tornou-se mais séria, quer no tom de voz utilizado, quer nas expressões faciais. Enquanto me estavam a traduzir aquilo que era dito percebi que os temas de conversa partilhados eram histórias e experiências passadas no país de acolhimento ou então nos seus trajetos de fuga. Foi nesta altura que O. e N. se incluíram na conversa e o mesmo também se sucedeu do outro lado com o aparecimento de um outro homem. Naquele momento todos partilharam entre si momentos íntimos. A igualdade de circunstâncias relatada do outro lado do ecrã proporcionava inteligibilidade entre os dois grupos sem que os mesmos partilhassem o espaço físico. Caso contrário, implicaria risco pessoal mostrando vulnerabilidade a outros que não consideram de confiança, e até competitivo pelos mesmos recursos.

MacLaren (2014) designa estes fenómenos como “intimidades momentâneas” (2014:60) possibilitadas pela intimidade ontológica do ser humano de incorporar e experienciar um mundo comum (ibid.) mesmo com estranhos.

“One can also find a remarkable intimacy with a stranger – an intimacy that, in many ways, can be more profound than that which is felt with one's ongoing intimate others. In this case, the intimacy is premised not just upon being drawn into a momentarily shared world through each other's gestures, but also upon the fact that, lacking a history together and the expectations that come along with this, these strangers may be more open to discovering who each other is able to be – what each other's and one's own possibilities are. (...) Examples of momentary

¹⁴ Também o perfil que foi criado por eles referia que era mulher e tinha uma fotografia e um nome que não confirmavam o sexo.

intimacy reveal that we can come together, even across great differences, through laughter, a common sense of our vulnerability, a common sense of adventure, a common sexual desire, etc. (...)" (MacLaren 2014:60)

Inicialmente o objetivo principal que tinham em relação ao Azzar seria o de encontrar uma companhia feminina com quem conversar e partilhar momentos íntimos emocionais e/ou sexuais¹⁵. No entanto, dada a popularidade desta aplicação entre refugiados do sexo masculino um pouco por toda a Europa, o uso da mesma tornou-a num local onde podiam falar com os seus pares sem o peso da competitividade. Eram indivíduos fisicamente distantes da sua realidade contextual, o que fazia com que a conversa fosse descomprometida sabendo que a probabilidade de encontrar essa pessoa de novo era muito remota. Este facto aliviava a tensão sentida pela sua condição, proporcionava momentos de riso e atenuava o sentimento de solidão ao estabelecer pontes com outras pessoas na mesma situação. Os média sociais tendem a reduzir o sentimento de solidão (Błachnio et al. 2016; Pittman 2017) e, neste caso, é notório como aquelas pessoas se aproximaram ainda que por momentos. A exposição de vulnerabilidade de forma controlada que o espaço digital possibilitava, fazia com que a partilha da intimidade em diferentes níveis acontecesse, contornando obstáculos e colmatando necessidades básicas emocionais e identitárias dos refugiados.

Intimidades partilhadas estas que são criadas por contextos políticos e legais, concebendo terminologias e simbolismos que produzem mundos comuns, atribuem noções de suspensão temporal e potenciam jogos de pertenças íntimas que acabam por se tornarem formas de ingerência do próprio poder imposto por estas categorias produzidas. Tal como Papadopoulos & Tsianos (2013) referem que existe uma “política do cuidar” (2013:192) no universo ontológico dos migrantes, isto é, são geradas formas de apoio e de cuidado entre os pares tais como amizades, favores ou confiança que acabam por facilitar a superação das situações em que se encontram. É aqui que considero que também a partilha íntima e amorosa acontece sob formas veladas fazendo parte desta política e assim dos “mobile commons” (2013:191) da migração referidos pelos autores supracitados. Sendo estes um conjunto de sentimentos, práticas e conteúdos que são gerados e recriados dentro

¹⁵ Não digo que estes contactos não acontecessem porque aconteciam, no entanto, a proporção em relação aos outros encontros era muito mais baixa.

de um mesmo grupo, e que facilitam a mobilidade de um indivíduo em trânsito (ibid.), o recurso a estes espaços digitais concedia-lhes essa possibilidade. Tal como uma vez R. referiu que existiam várias aplicações de smartphone que permitiam ver as coleções de museus por todo o mundo, essa sensação de mobilidade atrás de um toque, mesmo estando num enquadramento legal que lhe negava qualquer possibilidade, quer de movimento, quer financeiro, permitia e dava um sentido de justiça à sua liberdade negada. Mas não só no sentido cultural existia essa mobilidade. Também ao nível íntimo e amoroso o espaço digital permitia viajar e encontrar mundos comuns que, limitados aos espaços físicos, seriam impossível de alcançar.

Pode-se pensar que o recurso constante ao espaço digital por parte dos refugiados pode criar “bolhas virtuais” que, ainda que permitindo “suportar” as dificuldades e o isolamento quotidiano, podem ao mesmo tempo contribuir para a perpetuação de situações de isolamento, solidão e vulnerabilidade. No entanto, já na minha pesquisa atual para doutoramento consigo perceber que não estão diretamente relacionadas. Estão condicionadas a fatores externos intimamente ligadas ao próprio sistema de acolhimento e integração, e à forma como este entende e concebe os percursos de acolhimento dos refugiados.

O diálogo deste texto com o dos autores Papadopoulos & Tsianos (2013) permite compreender como o dia a dia na sociabilidade das pessoas em trânsito resulta na elaboração e reconstrução de práticas e significados que lhes possibilitam reagir a uma estrutura política, legal e social. A mesma constrange-lhes a liberdade de movimentos e, acima de tudo, liberdade de poderem ser quem são e não um termo ou uma categoria jurídica. Esta liberdade gera autonomia e a mesma gere justiça para pessoas que por diferentes motivos se viram forçadas a abandonar o seu país e encontram no território europeu um campo minado à sua integração. O recurso a economias informais, a partilha de informações cruciais durante a viagem, a estruturas de conectividade, o acesso a entidades que promovem os seus direitos e até a política do cuidar do outro, são para Papadopoulos & Tsianos (2013) o mundo real destas pessoas que se encontram em trânsito. A proximidade inerente ao meu posicionamento no terreno, permitiu-me aceder uma nova dimensão que pode ser enquadrada nos “mobile commons” dos autores supracitados alargando este conceito. Dimensão esta assente nas necessidades afetivas, emocionais e identitárias dos refugiados evidenciadas por uma reconfiguração da partilha íntima e amorosa no contexto desta pesquisa. Através da etnografia aqui apresentada

demonstro como a intimidade é um processo que não ocorre só pelo contacto físico. Esta pode ocorrer virtualmente através do espaço digital dando a possibilidade de a estabelecer em situações em que o contacto físico está impossibilitado.

A revisitação e nova reflexão a dados e documentos antigos permitiu-me abrir outras perspetivas que pretendo a aprofundar na tese de doutoramento a partir destas lógicas aqui tratadas. Possibilitou-me, ainda, compreender aquilo que Pedroso Lima (2019) afirma sobre como género, emoção e poder devem ser analisados de forma combinada possibilitando a reflexão da complexidade dos fenómenos do dia a dia em que estas três dimensões atuam interligadas (2019:4). Acrescentaria ainda a dimensão identitária inerente às outras. Ao longo dos exemplos etnográficos demonstrados no texto, estas temáticas foram surgindo relacionadas entre si permitindo compreender que o espaço digital contempla noções de privacidade, segurança e de partilha, apesar de toda a discussão sobre o que é público e privado neste ambiente. Para estas pessoas é também palco de transgressão do poder simbólico instituído no espaço físico em que se encontravam. Também o smartphone acaba por ser como uma ferramenta de humanização num universo desumanizado aumentando a mobilidade dos refugiados e equipando-os de instrumentos de intimidade, partilha emocional e segurança ontológica. Este texto procura dar o seu contributo na área da Antropologia das Emoções refletindo na maneira como os refugiados exprimem as suas diferentes emoções como uma linguagem por si criada. Esta permite a análise dos sentidos e estratégias que imprimem às suas vidas em mobilidade criando assim espaço para futuras pesquisas.

BIBLIOGRAFIA

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS, 1951, Convenção Relativa Ao Estatuto Dos Refugiados, ponto 2 do Art. 1º - Definição do termo "refugiado", em
<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf> (acesso em 13/02/2021).

ARULPRAGASAM, Maya, Keisha Hollins & Jamal Jones, 2016, Freedun [Gravado por M.I.A.]. Em AIM [LP]. Londres, Interscope Records.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2014, Lei n.º 26/2014, em Diário da República, 1.^a série, n.º 85, 5 de maio de 2014, <<https://dre.pt/application/file/a/25343866>> (acesso em 06/02/2021).

BŁACHNIO, Agata, Aneta PRZEPIORKA, Wioleta BORUCH & Edyta BAŁAKIER, 2016, “Self-presentation styles, privacy, and loneliness as predictors of Facebook use in young people”, *Personality and Individual Differences*, 94, 26–31.

BUTLER, Judith, 1988, “Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista”, *Caderno de Leituras nº78*, Edições Chão da Feira.

CHALLINOR, Elizabeth P., 2012, “Mobile communications and belongings: Cape Verdeans in Portugal”, *Identities*, 19:3, 303-319.

COMISSÃO EUROPEIA, 2011, Directiva 2011/95/UE Do Parlamento Europeu E Do Conselho, em *Jornal Oficial da União Europeia*, <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011L0095&from=EN>> (acesso em 13/02/2021).

COMISSÃO EUROPEIA, 2013, Regulation (EU) No 604/2013 Of The European Parliament And Of The Council, em *Jornal Oficial da União Europeia*, <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R0604&from=EN>> (acesso em 13/02/2021).

COMISSÃO EUROPEIA, 2015, Decisão (UE) 2015/1523 Do Conselho, em *Jornal Oficial da União Europeia*, <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32015D1523&from=EN>> (acesso em 06/02/2021).

COSTA, Elisabetta 2016, *Social Media in Southeast Turkey - Love, Kinship and Politics*. London: UCL Press.

EUROSTAT, 2016, *Asylum applicants in the EU*, <<https://ec.europa.eu/eurostat/news/themes-in-the-spotlight/asylum2016>> (acesso em 26/03/2021).

FORTUNATI, Leopoldina & Sakari TAIPALE, 2016, “Mobilities and the network of personal technologies: Refining the understanding of mobility structure”, *Telematics and Informatics*, 34, 560-568.

GAWNE, Lauren & Gretchen MCCULLOCH, 2019. “Emoji as digital gestures”, *Language@Internet*, 17, article 2.

MACLAREN, Kym, 2014, “Intimacy and embodiment: An introduction”, *Emotion, Space and Society*, 13, 55-64.

MCCULLOCH, Gretchen & Lauren GAWNE, 2018, “Emoji Grammar as Beat Gestures”, em S. Wijeratne, E. Kiciman, H. Saggion, A. Sheth (eds.): *Proceedings of the 1st International Workshop on Emoji Understanding and Applications in Social Media (Emoji2018)*, Stanford, CA, USA, 25-JUN-2018.

MCCULLOCH, Gretchen, 2019, *Because Internet – Understanding how language is changing*. Londres, Vintage.

OLIVEIRA, Catarina R., 2020, *Entrada, Acolhimento e Integração de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal, Relatório Estatístico do Asilo 2020, Caderno Estatístico Temático # 3, Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações*, Lisboa: ACM.

PAPADOPOULOS, Dimitris & Vassilis S. TSIANOS, 2013, “After citizenship: autonomy of migration, organisational ontology and mobile commons”, *Citizenship Studies*, 17:2, 178-196.

PEDROSO LIMA, Antónia, 2019, *Género, cuidado e desigualdade: A transformação de obrigações em emoções e a desnaturalização das diferenças*, Sumário da lição de síntese apresentada no âmbito das Provas de Agregação em Antropologia, Lisboa, ISCTE-IUL.

PITTMAN, Matthew, 2017, *Phoneliness: An Exploration of the Relationships Between Mobile Social Media, Personality and Loneliness* (Ph.D.). Ann Arbor, United States.